



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**A CERTIFICAÇÃO DE ORGÂNICOS COMO OBJETO DA ABORDAGEM
SOCIOLOGICA: O CASO DO ARROZ “TERRA LIVRE” NO RIO GRANDE DO SUL,
BRASIL**

Nádia Velleda Caldas

velleda.nadia@gmail.com

Universidade Federal de Pelotas

Brasil

Germano Elhert Pollnow

germanogp13@gmail.com

Universidade Federal de Pelotas

Brasil

Flávio Sacco Dos Anjos

saccodosanjos@gmail.com

Universidade Federal de Pelotas

Brasil

Daiane Sperling

daianesperling@hotmail.com

Universidade Federal de Pelotas

Brasil

Gisele Cristine Hartwig

giselehartwig@hotmail.com

Universidade Federal de Pelotas

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

Os recentes episódios envolvendo a contaminação, fraudes e adulterações de alimentos só fazem crescer a desconfiança dos consumidores e o desejo de consumir produtos orgânicos ou ecológicos, ou seja, artigos que excluem, terminantemente, o uso de agroquímicos (adubos sintéticos e agrotóxicos). Além da preocupação com a saúde, uma parcela crescente da população assume o compromisso de apoiar processos que estabeleçam uma relação harmoniosa com a natureza, a preservação da biodiversidade, a saúde dos que produzem e dos que consomem os alimentos. Mas como aludem Barbosa e Lages (2006), os produtos orgânicos ou ecológicos representam “bens de crença” diante do fato de seus atributos e qualidades intrínsecas não serem identificados diretamente pelos consumidores, mesmo depois de haverem sido consumidos. A título de exemplo, é impossível detectar se um tomate foi, ou não, ecologicamente produzido. Esse é um dos fatores que contribuiu para o surgimento da certificação, um processo no qual se estabelece o que se convencionou chamar de avaliação da conformidade. Geralmente dá-se via contratação de uma empresa privada, que através do recebimento de dinheiro, concede um selo que assegura tal condição, imprescindível em boa parte das transações econômicas envolvendo a compra e venda de produtos frescos ou transformados. O Brasil possui hoje uma das mais avançadas legislações de orgânicos. A grande novidade é que nesse país foi criada uma certificação alternativa, ainda que equivalente à certificação privada enquanto aos seus efeitos, voltada fundamentalmente para as condições de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e a outros grupos invariavelmente submetidos à exclusão social. Trata-se dos sistemas participativos de garantia (SPG). Diferentemente da certificação convencional, regida uma lógica vertical, onde um manda e outro obedece, onde um paga pelo serviço e o outro atribui o selo, no caso dos SPG a lógica é eminentemente horizontal, onde os agricultores familiares solidariamente assumem a garantia pelo produto, sem prejuízo de rigorosos controles no que tange aos imperativos técnicos da produção orgânica. Produzido nos assentamentos da região de Porto Alegre, o arroz orgânico “Terra Livre” tem sido apontado como um exemplo brasileiro bem sucedido, não somente em termos de viabilização da reforma agrária, mas como um processo virtuoso de construção da qualidade



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

agroalimentar. Paradoxalmente, as lideranças do Movimento dos Sem-Terra não elegeram a modalidade de certificação dos SPG, senão a contratação de uma empresa privada. O objetivo desse estudo foi justamente compreender as razões que ensejaram essa escolha, fazendo uso de entrevistas semiestruturadas realizadas com atores sociais ligados diretamente a essa experiência. O foco do trabalho se orienta ao esforço de desvendar a natureza cognitiva de um processo experimentado pelos assentados da reforma agrária e que culminou no reconhecimento da importância dos mercados como instrumento de inclusão social e ampliação de oportunidades.

ABSTRACT

Recent episodes of contamination, fraud and adulteration of food only increase consumer mistrust and the desire to consume organic or organic products, that is, articles that strictly exclude the use of agrochemicals (synthetic fertilizers and pesticides). In addition to concern for health, a growing portion of the population is committed to supporting processes that establish a harmonious relationship with nature, the preservation of biodiversity, the health of those who produce and those who consume food. But as Barbosa and Lages (2006) allude, organic or ecological products represent "goods of belief" because their attributes and intrinsic qualities are not identified directly by consumers, even after they have been consumed. By way of example, it is impossible to detect whether a tomato was ecologically produced or not. This is one of the factors that contributed to the emergence of certification, a process in which what is known as conformity assessment is established. Usually it is given by contracting a private company, which through the receipt of money, grants a seal that ensures such condition, essential in much of the economic transactions involving the purchase and sale of fresh or processed products. Brazil has today one of the most advanced organic legislation in this matter. The great novelty is that in this country an alternative certification was created, albeit equivalent to private certification while its effects, focused mainly on the conditions of family farmers, settled agrarian reform and other groups invariably subjected to social exclusion. These are participatory guarantee schemes (GSP). Unlike conventional certification, a vertical logic governs one rule and the other obeys, where one pays for the service



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

and the other assigns the seal. In the case of GSP, the logic is eminently horizontal, where family farmers jointly assume the guarantee for the product, without prejudice to strict controls regarding the technical imperatives of organic production. Produced in the settlements of the Porto Alegre region, "Terra Livre" organic rice has been cited as a successful Brazilian example, not only in terms of viability of agrarian reform, but as a virtuous process of agri-food quality construction. Paradoxically, the leaders of the Landless Movement did not choose the GSP certification modality, but rather the hiring of a private company. The purpose of this study was precisely to understand the reasons that led to this choice, making use of semistructured interviews with social actors directly linked to this experience. The focus of this work is to uncover the cognitive nature of a process experienced by agrarian reform settlers and culminating in the recognition of the importance of markets as an instrument of social inclusion and expansion of opportunities.

Palavras chaves

Certificação de orgânicos; Arroz terra livre; Reforma agrária; Agroecologia.

Keywords

Organic certification; Terra livre rice; Land reform; Agroecology.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introducción

Os incontáveis casos de contaminação, fraudes e adulteração dos alimentos que sucedem na cena cotidiana produzem, nos mais diversos âmbitos da vida social, ao menos, dois grandes desdobramentos. O primeiro deles é ‘alimentar’ a sensação de insegurança em relação ao que chega à mesa dos consumidores. O segundo, decorrente do primeiro, é incitar a busca de alternativas de enfrentamento a um quadro que se mostra cada vez mais desafiador diante de grandes incertezas e do próprio modo como foi sendo edificado o sistema de abastecimento urbano nas pequenas, médias e grandes cidades do mundo.

O fato é que os grandes impérios agroalimentares passam a dominar, em escala planetária, não somente a produção, mas o transporte, circulação e distribuição de produtos alimentícios, tendo, no sistema de grandes cadeias de hipermercados, a face mais visível de um padrão de consumo alimentar que, em maior ou menor medida, alcança todos os estratos e classes sociais. Seguramente são esses alguns dos argumentos que justificam o fato de que, mesmo sob os efeitos de uma grave crise econômica, o mercado brasileiro de orgânicos haver experimentado um crescimento de 20% em 2016, segundo dados da Organics Brazil (2017).

Mas como aludem Barbosa e Lages (2006), os produtos orgânicos ou ecológicos se apresentam como “bens de crença” diante do fato de seus atributos e qualidades intrínsecas não serem identificáveis, à primeira vista, pelos consumidores. A título de exemplo, é impossível detectar se um morango foi resultado da produção ecológica ou convencional.

Esse é um dos fatores que contribuiu para o surgimento da certificação, processo no qual se estabelece o que se convencionou chamar de avaliação da conformidade entendida como processo em que se verifica a adequação da elaboração de um dado produto às normas e regulamentos técnicos que regem a produção orgânica.

Geralmente essa dinâmica se dá via contratação de uma empresa privada, que através do recebimento de dinheiro, concede um selo que assegura tal condição, a qual torna-se imprescindível em boa parte das transações econômicas envolvendo a compra e venda de produtos frescos ou transformados.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O Brasil possui hoje uma das mais avançadas legislações de orgânicos. A grande novidade é que nesse país foi criada uma ‘certificação alternativa’, ainda que equivalente à certificação privada enquanto a sua finalidade, a qual está voltada fundamentalmente para as condições de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e a outros grupos frequentemente submetidos à exclusão social e à dificuldade de acesso aos mercados.

Trata-se aqui dos sistemas participativos de garantia (SPG). Diferentemente da certificação convencional, regida sob uma lógica vertical, onde um manda e outro obedece, onde um paga pelo serviço e o outro atribui o selo, a lógica de operação, no caso dos SPG é, acima de tudo, horizontal. Nesse caso, os agricultores familiares solidariamente assumem a garantia pelo produto, e por todo processo de elaboração, sem prejuízo de rigorosos controles no que tange aos imperativos técnicos da sua produção. A lógica individualizada da certificação convencional é subvertida na medida em que se trata de uma construção eminentemente social e coletiva entre os atores envolvidos.

Produzido nos assentamentos da região de Porto Alegre, o arroz orgânico “Terra Livre” tem sido apontado como um exemplo bem-sucedido, não somente em termos de possibilidade de viabilização da reforma agrária, mas como um processo virtuoso de construção da qualidade agroalimentar. Paradoxalmente, as lideranças do Movimento dos Sem-Terra, nesses assentamentos, não elegeram a modalidade de certificação dos SPG, senão a contratação de uma empresa privada. O objetivo desse estudo foi justamente compreender as razões que ensejaram essa escolha, fazendo uso de entrevistas semiestruturadas realizadas com atores sociais ligados diretamente a essa experiência. O foco do trabalho se orienta ao esforço de desvendar a natureza cognitiva de um processo experimentado pelos assentados da reforma agrária e que culminou no reconhecimento da importância dos mercados como instrumento de inclusão social e ampliação de oportunidades.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II. Marco teórico e conceitual

Vivemos hoje imersos no que o sociólogo alemão Ulrich Beck define como sendo uma sociedade de risco. Acusado de ser um teórico do catastrofismo (Mol e Spargaaren, 1993), Beck (1992) assevera que em tempos pretéritos, em meio aos ditames da sociedade industrial, a estratificação social e os conflitos estavam ligados à divisão da riqueza. Todavia, na sociedade atual vivemos um tempo marcado pela divisão e administração de riscos (ecológicos, químicos, econômicos, nucleares, genéticos, etc.).

E se o perigo parece associado à fatalidade, e, portanto, com o que não pode ser evitado, a ideia de risco remete à exposição voluntária e calculada de um dano, o qual está normalmente ligado a uma estimativa de seus efeitos.

Decididamente quando voltamos nosso olhar para as transformações no mundo da alimentação (manipulação genética de raças e cultivares, quimificação dos processos produtivos, adição de conservantes, apenas por citar alguns exemplos) percebemos não somente a extensão dos riscos a que estamos expostos, mas a vulnerabilidade dos mecanismos de controle, sejam eles de caráter público ou privado.

São estes, entre outros aspectos, que ensejam o surgimento do que se conhece como sistemas peritos. Segundo Giddens (1991, p.84), estes podem ser definidos como “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje”. Nos movemos num mundo regido por sistemas peritos que atuam nos mais diversos âmbitos da vida social (transporte, saúde, comércio, etc.). Nesse sentido, o caso da alimentação é bastante emblemático, especialmente porque se mostra como afirmação de uma lógica que se impõe nos intercâmbios mercantis. Esse é o caso do que sucede no que se convencionou chamar de produção orgânica ou ecológica, entendida aqui como uma forma de produzir que exclui terminantemente o uso de agrotóxicos, adubos químicos e outros produtos de síntese.

Todavia, não existe consenso em relação ao papel social dos sistemas peritos. Os escândalos dos mais diversos tipos (vacas loucas, crise das dioxinas, fraudes lácteas, etc.) evidenciam fragilidades e inconsistências de grande calado. Essa tem sido a tônica para a criação de canais curtos de



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

comercialização e acesso aos alimentos, regidos fundamentalmente pelas relações de confiança construídas entre produtores e consumidores.

A criação dos sistemas participativos de garantia (doravante SPG) se inserem nesse contexto na medida em que buscam saídas aos produtores que desejam acessar mercados que exigem garantias (selo ou etiqueta), sem que isso implique em custos inalcançáveis para suas condições, tal como ocorre na certificação por auditoria via contrato com grandes empresas do ramo.

Para além das valorações sobre a eficácia e as vantagens dos SPG, adotamos aqui o entendimento de estamos diante do que se convencionou chamar de processos de construção social da qualidade (Sacco dos Anjos e Caldas, 2014a; 2014b), entendidos aqui como dinâmicas em que atores se colocam de acordo e se organizam para construir itinerários alternativos, seja para agregar valor e acessar mercados mais exigentes, seja para dar a conhecer as virtudes e valores de práticas que ensejaram a sua elaboração.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

III. O Arroz Terra Livre

O estado do Rio Grande do Sul cultiva anualmente 1,1 milhão de hectares de arroz irrigado, respondendo sozinho por aproximadamente 70% da produção nacional de uma cultura que é reconhecidamente central na dieta do povo brasileiro. Na safra 2016/2017 foram colhidas 8,74 milhões de toneladas produzidas por aproximadamente 12 mil produtores rurais (Irga, 2017).

Não obstante, a quase totalidade dessa produção é gerada através de processos agrícolas convencionais, ou seja, mediante o uso de agrotóxicos (herbicidas e inseticidas), adubos químicos, cultivares de alto desempenho e uma tecnologia bastante sofisticada de sistematização das áreas, manejo do solo e da água.

Vale frisar que a produção orgânica de arroz irrigado nem sequer é captada nas estatísticas oficiais, não somente porque é bastante incipiente, se comparada com o arroz convencional, mas porque boa parte do que é gerado através dessa forma sustentável de produção é obtida no interior de assentamentos de reforma agrária. Essa forma de agricultura, também chamada de produção agroecológica, foi a solução encontrada por famílias de assentados que dispunham de escassas áreas de terra, ainda que situadas em zonas planas e aptas à irrigação.

Produzir de forma orgânica era a única forma de agregação de valor ao produto e de assegurar uma renda viável e compatível com as necessidades das famílias¹. Não obstante, boa parte destes indivíduos desconhecia completamente os meandros da orizicultura, as singularidades de produzir organicamente, assim como as dificuldades de comercializar a própria produção.

A produção de arroz orgânico estava inicialmente concentrada em assentamentos situados na região metropolitana de Porto Alegre. Com efeito, na safra 2003/2004 havia 90 famílias cultivando uma área de 468 hectares. Dez anos depois (safra 2013/2014) chega-se a um total de 524 famílias e uma superfície plantada de 4.647 hectares (Pesquisa de Campo, 2017). Dados mais recentes (safra 2016-2017 – Irga, 2017) dão conta da existência de 616 famílias produtoras, as quais foram responsáveis

¹ A agricultura orgânica converteu-se na estratégia típica de diferenciação adotada em boa parte dos assentamentos de reforma agrária do Brasil, especialmente no caso da produção hortifrutícola. No caso da orizicultura essa questão ganha maior peso, se temos em mente a impossibilidade de reproduzir os sistemas produtivos adotados no âmbito das grandes lavouras de arroz, regidas pela dinâmica dos ganhos à escala, com seus elevados graus de intensificação e de especialização produtiva.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

por uma produção de 550 mil sacas, oriunda de 22 assentamentos que se encontram distribuídos por 16 municípios da geografia sul-rio-grandense.

Tais dados são muito expressivos e evidenciam o crescimento ininterrupto no número de famílias, superfície cultivada e da própria produção desde o final dos anos 1990 e começo do novo milênio. À primeira vista poder-se-ia pensar que se trata de uma expansão programada e de um processo linear de crescimento. Mas a realidade é bastante distinta, a começar pelas grandes dificuldades de viabilizar os assentamentos, de contornar as precariedades que invariavelmente acometem os projetos de reforma agrária no Brasil (infraestruturas deficientes, escassez de apoios materiais, etc.), bem como do escasso nível de conhecimento e de experiência dos assentados na produção de arroz em geral, e, mui especialmente, da produção de arroz orgânico.

Muitas destas famílias são oriundas de regiões como o Alto Uruguai, onde as atividades agrícolas eram e continuam sendo muito distintas. A fala de uma das lideranças dos assentados expõe o começo desse processo e do próprio surgimento da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP):

O histórico da COOTAP, que é uma cooperativa de assentados de moradores da região de Porto Alegre, que a sede fica aqui, que é esse assentamento a 15 km de Porto Alegre, ela foi fundada em 20 de novembro de 1995 por 218 famílias, sócios fundadores tendo os objetivos voltados para a cooperação agrícola, máquinas e insumos, isso foi assim a fundação da cooperativa regional, atualmente ela conta com 1.580 sócios que fazem parte da cooperativa onde são dos grupos gestores, esses sócios fazem parte dos grupos gestores da horta, do leite, do arroz e esses grupos gestores são constituídos pelas famílias dos assentados da reforma agrária em 17 assentamentos, então a cooperativa regional seria assim uma forma de um “chapéu”, como a gente diz, a cobertura a essas famílias que são assentadas, então mais ou menos é isso, desde 1999 e 2000 concentra-se o esforço na produção agroecológica, esse foi o ano que a gente começou a produção dos produtos. (Entrevista P, Assentamento Lagoa do Junco)

Há um importante ponto de mutação no discurso e nas práticas do Movimento dos Agricultores Sem-Terra durante o mesmo período. O enfrentamento direto e dialético com latifundiários e suas estruturas de representação é claramente redirecionado para os grandes complexos agroindustriais e para a forma de agricultura que propugnam, baseada no uso intensivo de agrotóxicos, de organismos geneticamente modificados e de uma visão centrada na subjugação e espoliação da natureza.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Do ponto de vista das famílias rurais a compreensão desse processo é clara quando se trata de pensar nos problemas graves que essa forma de agricultura convencional ocasiona com o uso indiscriminado de agrotóxicos. Alguns exemplos desse entendimento da realidade são muito emblemáticos. No plantio convencional o uso do avião para pulverização é muito frequente e envolve uma operação que exige o auxílio de uma pessoa – o bandeira – que, em terra, auxilia o voo do piloto indicando onde o produto (herbicida ou inseticida) deve ser aplicado. É uma operação temerária, sobretudo quando essa pessoa não dispõe de equipamentos de proteção individual, recebendo toda a carga da pulverização sobre seu corpo, especialmente em situações onde há incidência de ventos.

Para os assentados produzir organicamente significa, simbólica e filosoficamente, romper com essa visão de agricultura responsável por incontáveis casos de intoxicação aguda e crônica, por mortes e mutilações, bem como pelos danos à biodiversidade e aos recursos naturais. O depoimento a seguir descreve o modo como essa transição foi operada pelo grupo de assentados que iniciou a produção orgânica de arroz no Rio Grande do Sul:

[...] nós tínhamos 150 hectares, era o total das famílias que iam plantar, marcamos uma reunião com o JB e ele veio, nós tudo empolgado, que o JB vai vim, vamos plantar um pedaço da lavoura e tal, ele chegou, ele não para muito né, ele é bem rapidão, aí ele disse assim: - e aí? Aí nós falamos – Aí a gente tem uma ideia, nós fomos lá visitar tua propriedade, admiramos muito e queremos mudar o nosso modelo, a saúde, porque, na verdade, quando tu passava o veneno, naquele tempo, tinha alguém que tinha que ficar dando bandeira, ficar se apoiando assim, aquele coitado que tava lá se lavava, e aí todo mundo tinha ferida na boca, adormecia os músculos, tomavam um banho de veneno e aí... porque ninguém queria mais... (Entrevista P, Assentamento Lagoa do Junco)

A questão de produzir arroz orgânico, tanto para os assentados como até mesmo para os técnicos envolvidos, tem sido um processo de aprendizagem extremamente importante. De longe sobressai o entendimento de romper com o mito de que produzir arroz irrigado só é possível por intermédio do uso massivo de adubos químicos e de agrotóxicos, tal como ocorre na grande lavoura empresarial.

A fala de um técnico do Instituto Rio Grandense de Arroz (Irga) expõe exatamente essa questão, ao aludir a uma mudança conceitual relevante (a introdução de arroz pré-germinado) que foi decisiva nessa caminhada de superação das adversidades:

Antes de ser Terra Livre, quando começou o processo, estou falando nos anos de 2000, 2001, existia um desejo de fazer arroz orgânico, mas muito pouco arroz orgânico se fazia, eles faziam integração com peixes, ou se fazia um ano ou dois anos uma área, mas no



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

terceiro ano já não se conseguia porque as plantas invasoras limitavam muito. Então houve um processo de aprendizagem muito rico e que depois com o processo de arroz pré-germinado se conseguiu ampliar os horizontes de produção. (Entrevista P, Assentamento Lagoa do Junco)

O hercúleo esforço de contornar a falta de experiência e as dificuldades técnicas e organizacionais se vê claramente recompensado pela possibilidade de reafirmar valores e nutrir convicções que são centrais à causa da reforma agrária, da justiça social e do respeito à saúde e segurança do alimento. A fala de uma das lideranças da Cooperativa COOTAP dos assentados é bastante enfática nesse sentido:

Reduzir o veneno, concentração do esforço na produção ecológica de alimentos, aplicar os princípios das cooperativas agroecológicas que primam as suas atividades na organização das cadeias produtivas, a autonomia e soberania das famílias cooperadas... Então a gente trabalha essa questão, não trabalha só a questão assim de produzir por produzir, nós queremos produzir vida, saúde, e atingir a quem? Attingir o público que hoje nós estamos atingindo, as escolas, hospitais, creches e o consumo das nossas famílias também. (Entrevista P, Assentamento Lagoa do Junco)

Ainda que produzir dessa forma fosse algo desejável e possível, isso não é suficiente quando se trata de vender o arroz como orgânico, dado que o mercado exige que um artigo dessa natureza tenha que passar por um processo de certificação, ou seja, por um sistema que confira credibilidade e confiança aos compradores (varejo e atacado) e consumidores, sobretudo quando se trata de grandes cadeias e hipermercados. Segundo a fala de um de nossos entrevistados:

Certificação é um mal necessário. Porque um mal necessário? [...] porque ela leva uma série de exigências e protocolos que nem sempre são práticos de se realizar. Por outro lado, ela tem um efeito colateral que é muito positivo, que tu começa a registrar todo processo produtivo, o roteiro tecnológico, os procedimentos, as quantidades, ou seja, começa a te exigir a anotar coisas, e anotar coisas é o pré-requisito para tu ter um processo de gestão mais claro. (Entrevista AO, Irga)

Mas mesmo entre os assentados a questão da certificação não era um tema consensual, não somente no tange ao complicado jogo de adequação à rotina de controles e o cumprimento estrito das regras que pautam esse tipo de agricultura, mas inclusive sobre os eventuais benefícios que poderiam ou não advir desse processo. Há inclusive certa desconfiança que muitos consumidores ainda não sabem exatamente reconhecer a importância do alimento orgânico. Em relação a esse aspecto, assim se expressou um de nossos entrevistados:

Mas a questão quanto à comercialização também, a gente tinha um pouco de dificuldade pra vender, porque as pessoas ainda não têm costume de comer os produtos saudáveis no



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

começo, e ainda não temos um grande público que consome esses produtos, então a dificuldade. Às vezes tu vende o arroz no preço convencional, então essa é uma dificuldade que a gente ainda tem na questão da comercialização. (Entrevista P. Assentamento Lagoa do Junco)

Na atual conjuntura a abertura de novos mercados tornou-se imprescindível, especialmente quando há dificuldades de acesso aos mercados institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar) diante das mudanças políticas que ocorreram no Brasil após o golpe parlamentar que colocou no poder o grupo liderado por Michel Temer.

[...] então a gente achava que estava garantida a comercialização do produto, e com essa aniquilação das políticas públicas, sem essa formação de estoque... foi um baque grande. Antes você vendia arroz nos silos, recebia, e tinha capital pra financiar a próxima safra, agora com essa política não, você tem que ir beneficiar seu arroz, entregar pra dali você ver se [o pagamento] não vai se prolongar mais [...] então foi com essa mudança do cenário político que começou a se pensar a questão do mercado. (Entrevista PS, técnico SPG)

Os assentados têm a exata dimensão da necessidade de sair da dependência dos mercados institucionais e de criar novos canais de escoamento para uma produção de excelência que não pode ser vendida como oriunda do sistema convencional de produção. E aí, a questão da certificação torna-se um imperativo, especialmente quando se trata de atender consumidores mais exigentes e dispostos a remunerar um produto diferenciado.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

IV. O processo de certificação no contexto dos desafios da construção da qualidade

As razões para contratar os serviços de uma empresa certificadora se apresentaram, como dissemos anteriormente, como uma necessidade dentro de um esforço de diferenciação do produto e do afã de acessar os mercados que remunerassem a qualidade:

Então a questão do orgânico, basicamente do arroz, quando veio a questão da certificação tudo foi basicamente pelo financeiro e como eu já tinha dito, pela diferenciação. Eu sempre costumo falar que a cooperativa que nos moldes que ela trabalha aqui, e com o público que atinge né, pequenos produtores, famílias que têm um lote de 10, 30 hectares, então é o diferencial né, se não fosse a questão orgânica que se sustenta na maioria dos nossos produtores. (Entrevista PS, técnico SPG)

Mas a certificação tem também os seus problemas, sobretudo porque envolve custos e uma burocracia ligada ao preenchimento de registros e de formulários detalhados sobre o manejo e situação das lavouras:

A certificação é uma coisa importante, só que tem algumas coisas aí que se torna cara, a IMO a certificadora, a nossa produção precisa de nota, nós não podemos certificar a nossa, temos que ter quem assine, então hoje ela é cara, porque essa certificadora sempre foi na verdade uma coisa pra eles ganharem dinheiro, por exemplo, nós procuramos entrar uma vez na IBD, era uma careza enorme, então nós assinamos com a IMO que é um pouco mais acessível, assinamos quando veio o inspetor deles de lá, daí paga tudo, paga voo, paga hotel... (Entrevista O, Assentamento Lagoa do Junco)

Conforme aludem Sacco dos Anjos e Caldas (2014, p.24), vivemos hoje sob o signo de um verdadeiro “mercado de certificações”. Esse mercado inclui não somente a produção orgânica, mas também outros tipos de certificação, como é o caso das indicações geográficas (indicações de procedência, denominações de origem, produtos do comércio justo e solidário, livres de transgênicos, etc.).

À época em que o arroz orgânico começou a ser produzido e comercializado pelos assentamentos liderados pela COOTAP o Brasil ainda não contava com uma legislação que admitisse outra forma de certificação que não fosse através da contratação de uma empresa privada de certificação. A modalidade de certificação participativa (sistemas participativos de garantia), voltada à realidade e às necessidades da agricultura familiar era apenas uma quimera dentro dos debates que envolviam a construção do sistema brasileiro de avaliação da conformidade orgânica. Veja-se a descrição de nosso entrevistado:



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Se pensou na certificação, como eu disse, foi mais pela questão de mercado, quando surgiu [a certificação] era pensando no mercado de exportação, era o mercado que estava em alta e que também essa própria articulação do NB que eu comentei. Ele falava bastante que tinha um mercado aberto pra questão da exportação, tinha bastante demanda de produto e tinha pouco mercado dos orgânicos, tinha alguns produtos mas que era muito difícil entrar, então era mais fácil entrar no mercado de exportação do que venda interna, por isso que se optou pela auditoria, mas depois no decorrer a gente acabou tomando conhecimento de que na verdade começou a aumentar a demanda interna e foi aí que a gente tomou a decisão de investir em participação participativa, a própria OPAC da COCEARGS² começou em 2011, 2012 mais ou menos, o pessoal começou a montar a documentação e faz 2, 3 anos que tá credenciada. (Entrevista PS, técnico SPG)

O Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) mencionado na fala anterior, é, em verdade, o coração da avaliação participativa, tratando-se de entidade a que estão ligados os produtores orgânicos, a qual deve estar devidamente credenciada junto ao Ministério da Agricultura, tendo por incumbência a coordenação e fiscalização do processo de certificação propriamente dito. Ainda que o produto final da certificação participativa seja equivalente, enquanto aos seus efeitos, à certificação por auditoria realizada por empresas comerciais, há alguns obstáculos a serem contornados do ponto de vista das operações de venda da produção final e da logística que cerca o mundo da circulação e distribuição do produto.

Chamamos a atenção ao fato de que alguns compradores de artigos orgânicos, seja por desconhecimento, seja por preconceito, não reconhecerem como válida a certificação participativa. Isso tem ocasionado situações em que os produtores acabam usando os dois tipos de selos num claro exemplo de desperdício de recursos e de redundância.

Do ponto de vista sociológico, a discussão em torno às singularidades das duas modalidades de certificação cobra grande relevância. De um lado, temos a modalidade convencional, também chamada de certificação por auditoria ou por terceira parte, marcada por uma dinâmica tipicamente *top down* (Caldas, 2011), onde o poder do auditor se impõe de forma verticalizada sobre o contratante do serviço (agricultor), a quem cabe apenas e tão somente cumprir protocolos e seguir rigorosamente o que lhe for determinado. Nesse caso, vemos reproduzidos, com muita clareza e veemência, os fundamentos subjacentes à dinâmica do ‘saber-perito’ aludida anteriormente.

² Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

De outro lado, tem-se uma realidade diametralmente oposta, não somente porque o pilar fundamental dos sistemas participativos são relações de confiança estabelecidas entre os produtores familiares e consumidores implicados nesses processos e que, solidária e reciprocamente, assumem os rigorosos controles dos processos produtivos que marcam a agricultura orgânica, mas porque se estabelecem relações marcadas pela horizontalidade e compartilhamento de informações, compromissos e responsabilidades.

Nesse sentido, vale frisar que a lógica dos SPG há que ser tomada como uma tentativa de ruptura e deslegitimação da mecânica fria, protocolar e mercadológica do 'saber perito', que marca, como vimos, a sociedade de risco descrita anteriormente. A construção social da qualidade significa ir mais além de sua face visível ou tangível, traduzida na linguagem dos selos, signos e etiquetas. Em verdade, trata-se de fomentar a criação de redes de cooperação e de alianças mais amplas em torno à preservação da natureza, da inclusão social, da dignidade e da saúde dos produtores, consumidores e de todas as formas de vida existentes no planeta



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

V. Considerações finais, mas não conclusivas

Seria impensável apresentar conclusões consistentes sobre uma realidade que se mostra complexa do ponto de vista dos elementos envolvidos e da diversidade de fatores que concorreram para que se desenvolvesse. A questão da viabilização dos assentamentos é um assunto que durante muito tempo ocupou um amplo espaço dentro do âmbito das ciências sociais, sobretudo no que tange à sociologia rural.

O que aqui foi apresentado é apenas uma pequena parcela dos dados e informações de uma pesquisa que ainda não foi concluída. Não obstante, a produção de arroz orgânico é uma realidade no estado do Rio Grande do Sul, a qual vem sendo apresentada não somente como um exemplo promissor do ponto de vista da afirmação dos princípios da agroecologia e da produção sustentável, como muito especialmente enquanto exemplo de um processo de inovação social, técnica e de aprendizagem.

O momento atual é complicado, especialmente em virtude das ameaças de corte aos recursos disponibilizados para os mercados institucionais, canais estes que até então traziam certa segurança para os assentados na compra da produção. A certificação se impõe como fundamental para acessar outros mercados, ainda que o custo desse processo e as dificuldades operacionais sejam consideráveis.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

- Barbosa, L. e Lages, A. (2006). Crença e certificação de produtos orgânicos: o exemplo da feira livre de Maceió. Em: *Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*, Brasília, Maio.
- Beck, U. (1992) *Risk society. Towards a new modernity*. Londres: Sage Publications.
- Giddens, Anthony. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp.
- Instituto Rio Grandense do Arroz – Irga. *Evolução da Colheita 2016/2017*. Disponível em: goo.gl/U8BKG9.
- Mol, A. P. J. e Spaargaren, G. (1993). Environment, Modernity and the Risk Society, the Apocalyptic Horizon of Environmental Reform. *International Sociology*, v.8, nº 4, p. 431-459.
- Organics Brazil. (2017). *O Consumo de Orgânicos no Brasil*. Disponível em <http://organicsbrasil.org/biblioteca/>
- Sacco dos Anjos, F. e Caldas, N. V. (2014a) A construção social da qualidade na produção agroalimentar. São Paulo: LiberArs.
- Sacco dos Anjos, F. e Caldas, N. V. (2014b). *Para além da qualidade: trajetórias de valorização de produtos agroalimentares*. Chapecó: Argos.